



FRENTES ESTADUAIS DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Junte-se a Coalizão

PRESIDENTES



HEWERTON MARTINS

Movimento Solar Livre



JOMAR B. DE OLIVEIRA

Frente Mineira de Geração Distribuída



WILLIMAN OLIVEIRA

Associação Potiguar de Energias Renováveis



ANDERSON F. MENDONÇA

Frente Paulista de Geração Distribuída



MARCOS DIAS REGO

Associação Baiana de Energia Solar Fotovoltaica



GERMANO L. CAIRES

Associação Sul Mato Grossense de Energia Solar Fotovoltaica



YANN F. RUSSO

Frente Maranhense de Geração Distribuída



INALDO J. DE OLIVEIRA JUNIOR

Frente Amapaense de Geração Distribuída



RAFAEL T. D. DE LIMA

Associação Paraibana das Empresas de Energia Solar



NIXON M. G. DA SILVA

Associação Paraense de Energias Renováveis



JOÃO F. B. PRADO

Frente Goiana de Geração Distribuída



JOÃO C. A. BRITO JÚNIOR

Frente Tocantinense de Geração Distribuída



LUCAS P. B. OLIVEIRA

Associação Brasileira de Energia Solar



JOSÉ S. D. CARPES JÚNIOR

Frente Gaúcha de Geração Distribuída



MARCO A. M. GOMES

Associação Piauiense das Empresas de Energia Solar



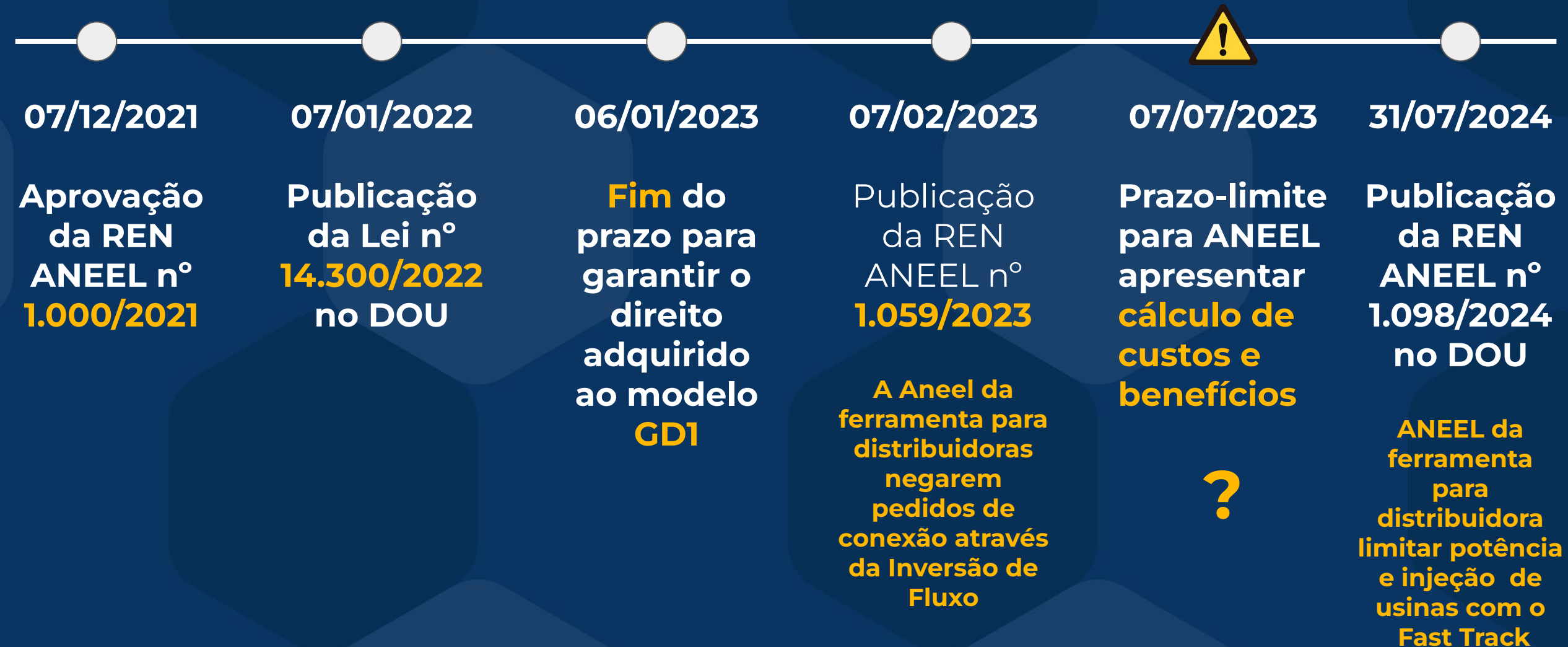
GABRIEL L. F. CABRAL

Frente Paranaense de Geração Distribuída



Frente Catarinense de Geração Distribuída

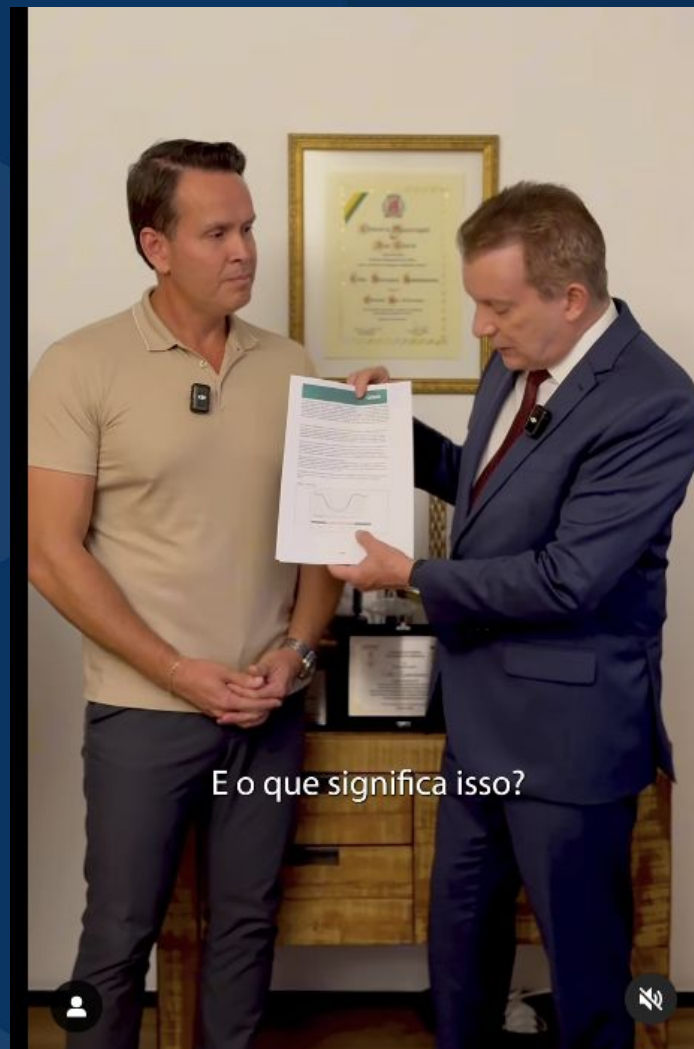
LINHA DO TEMPO



A ENERGIA LUNAR



Deputado Celso Russomanno
Republicanos- SP



Senador Cleitinho
Republicanos- MG



PROJETO de **2 kW REPROVADO** (Conta de R\$350,00)
INJEÇÃO DE ENERGIA DAS 17H ÀS 05H DA MANHÃ
ENERGIA LUNAR



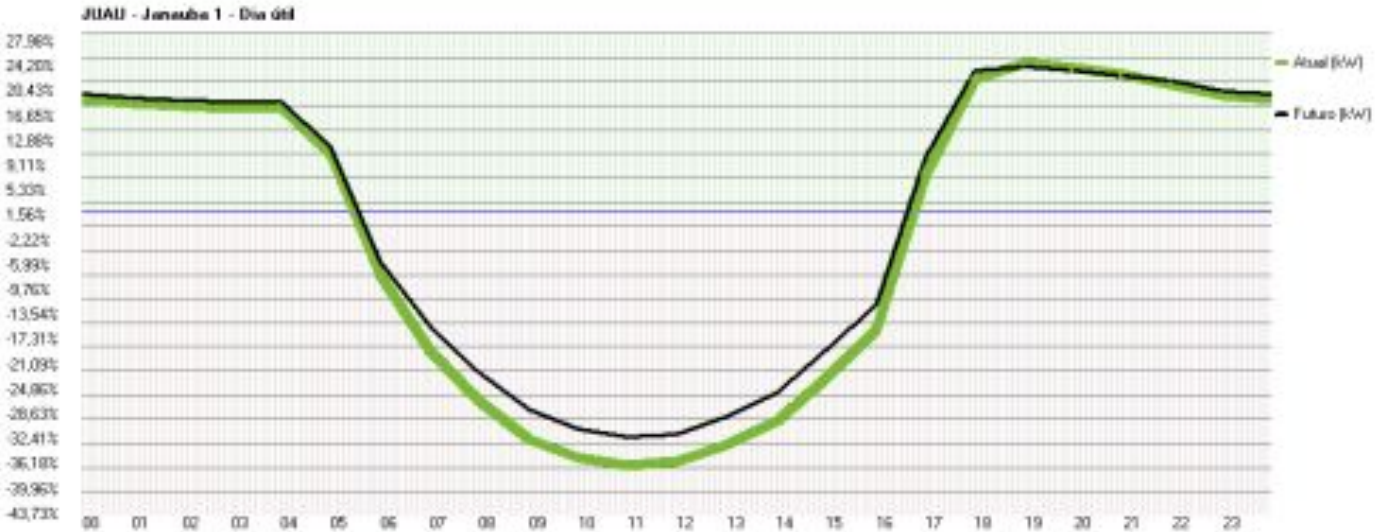
2. DOS DADOS TÉCNICOS DO EMPREENDIMENTO DE MMGD

Tipo de Fonte:	SOLAR
Potência de Geração:	2 kW
Tipo de Geração:	EMPREGANDO CONVERSOR ELETRÔNICO/INVERSOR
Modalidade de Compensação:	AUTOCONSUMO LOCAL
Fabricante do Inversor:	
Modelo do Inversor:	
Quantidade de Inversor:	1
Tensão nominal de conexão:	220 V
Potência nominal do Inversor:	2 kW

PROJETO de 2 kW REPROVADO (Conta de R\$350,00) INJEÇÃO DE ENERGIA DAS 17H ÀS 05H DA MANHÃ ENERGIA LUNAR



Gráfico 1 - Dias úteis



Dados e Período de Análise: Curva típica de carga leve do período de 5/2023 a 5/2024 e reserva de posto vigente no momento da análise.
Premissas e Parâmetros: Curvas atuais geradas a partir de medições obtidas pelo sistema MECE em 13/09/2024 às 15:30:01.
Ferramenta Computacional: Dados processados pelo SIGMA, desenvolvido pela Cemig O.

Hora	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
Atual	18%	17%	17%	16%	16%	9%	-10%	-22%	-30%	-36%	-38%	-40%	-39%	-36%	-33%	-26%	-18%	8%	21%	23%	23%	21%	20%	18%
Futuro	18%	19%	17%	17%	17%	10%	-6%	-19%	-25%	-31%	-34%	-35%	-35%	-32%	-28%	-22%	-15%	8%	22%	23%	22%	21%	21%	19%

Valor	MMGDs Conectadas	MMGDs Em andamento	Cargas Conectadas	Cargas Em andamento
Potência (kW)	50329,615	967	107442	5084,28
Instalações (Unidades)	1800	11	41675	24

FAZENDA SOLAR DE CONCESSIONÁRIA TEM INVERSÃO DE FLUXO?

(re)energisa

ENERGIA SOLAR
COMPARTILHADA



Para Residências e Empresas
que paguem o valor mínimo de
R\$ 500,00
de conta de energia
(Com consumo a partir de 600 kWh/Mês)

ECONOMIZE ATÉ
25%
NOS CUSTOS COM

sim

Geramos a
energia
que ilumina o
futuro

Seja na sua residência,
empresa, condomínio ou
propriedade rural,
economize todos os meses
na conta de luz.

Seja cliente agora Saiba mais

Fazer par Converse com um E...

ANEEL ACIONA BANDEIRA AMARELA EM MAIO

 Agência Nacional de Energia Elétrica

O que você procura?  

 > Assuntos > Notícias > 2025 > Mês de maio tem bandeira amarela acionada

TARIFAS

Mês de maio tem bandeira amarela acionada

Redução de chuvas na transição para período seco do ano alteram a bandeira para o mês de maio

Publicado em 25/04/2025 16h01

Compartilhe:    



FONTE: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/noticias/2025/mes-de-maio-tem-bandeira-amarela-acionada>

APROVADO 4 kW NA REGRA FAST TRACK

CEMIG
Distribuição S.A.

Nossa Referência:
Sua Referência:
Assunto:

Date: 22.08.2024

Parecer de Acesso Sem Obras

Características da usina:

Tipo de fonte: SOLAR
Potência (kW) : 4.00
Coordenadas: 23 - 565449 -7792914

PROJETO de 4,56 kW REPROVADO (Conta de R\$ 798,00) e APROVADO quando selecionado FAST TRACK



61 - ACESSO DE MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA

Projetos em andamento

Detalhes: UFV 4,56KW I

14/10/2024 - ANÁLISE TÉCNICA REPROVADA (ENGENHEIRO)

CORREÇÃO NA ANÁLISE TÉCNICA

13420131

07/10/2024

[utilize o formato: dd/mm/aaaa]

STATUS ATUAL

14/10/2024 17:04:10 - ATIVIDADE REPROVADA

PARECERES

RESULTADO DA ANÁLISE TÉCNICA

14/10/2024 - AGUARDANDO ANÁLISE TÉCNICA (ENGENHEIRO)

14/10/2024 - ANÁLISE TÉCNICA REPROVADA (ENGENHEIRO)

61 - ACESSO DE MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO I

Projetos em andamento

Detalhes: UFV 4,56KW FAST TRACK ISM

CARTAS PROJETO

Imprimir Aprovação Técnica

STATUS ATUAL

25/10/2024 - CONEXÃO EXECUTADA

25/10/2024 - VISTORIA APROVADA

PARECERES

RESULTADO DA ANÁLISE DE VISTORIA E CONEXÃO

18/10/2024 - AGUARDANDO VISTORIA

25/10/2024 - VISTORIA APROVADA

PARECER:

Nome do Titular: ISMAEL Atividade: 858902369 N? Nota: 007005935625 Data de Aprovac?o da Vistoria: 25-OCT- sistema de gerac?o distribuida foi aprovada. Agradecemos sua atenc?o, Equipe RGE

APROVADO
FAST
TRACK

NÃO É UM PROBLEMA DE ENGENHARIA

SEM FAST TRACK

Distribuidora não
aprova o projeto

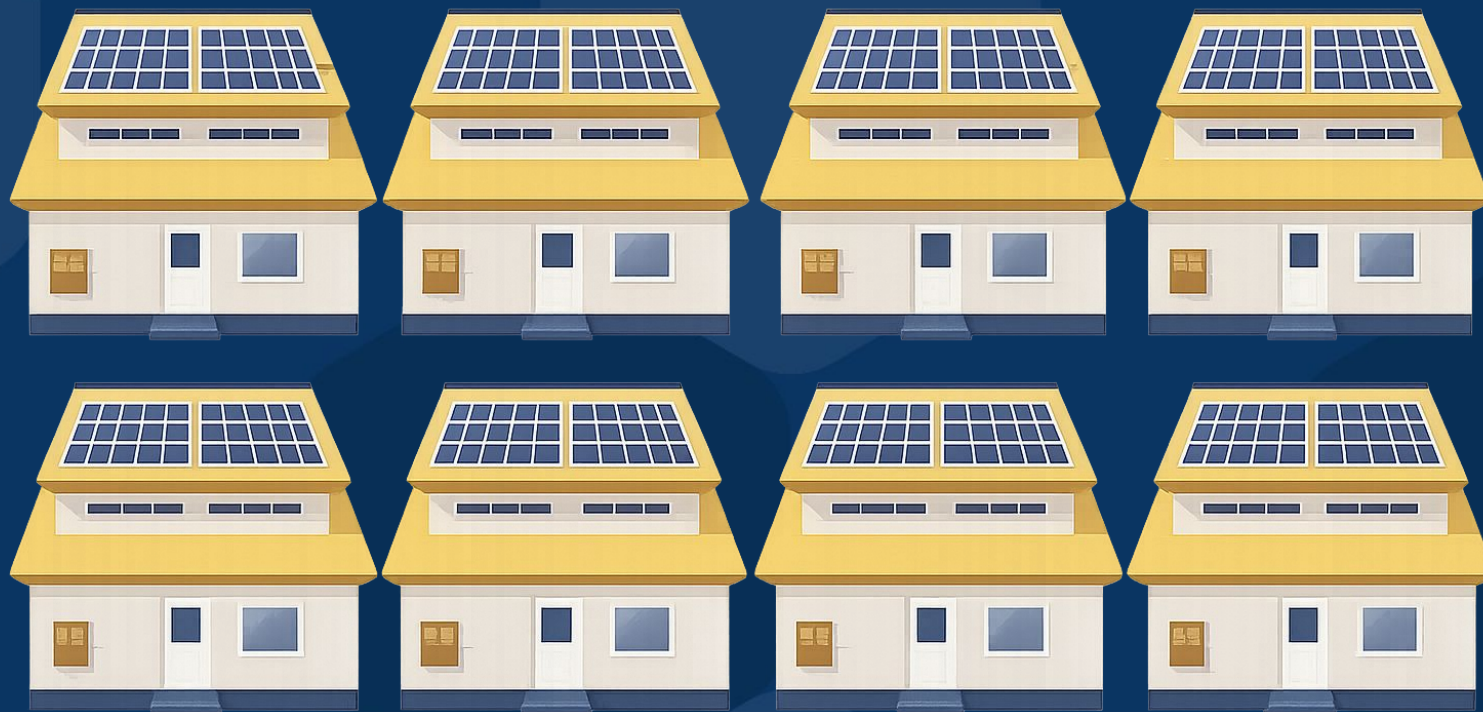
Consumidor
pode Transferir créditos



COM FAST TRACK

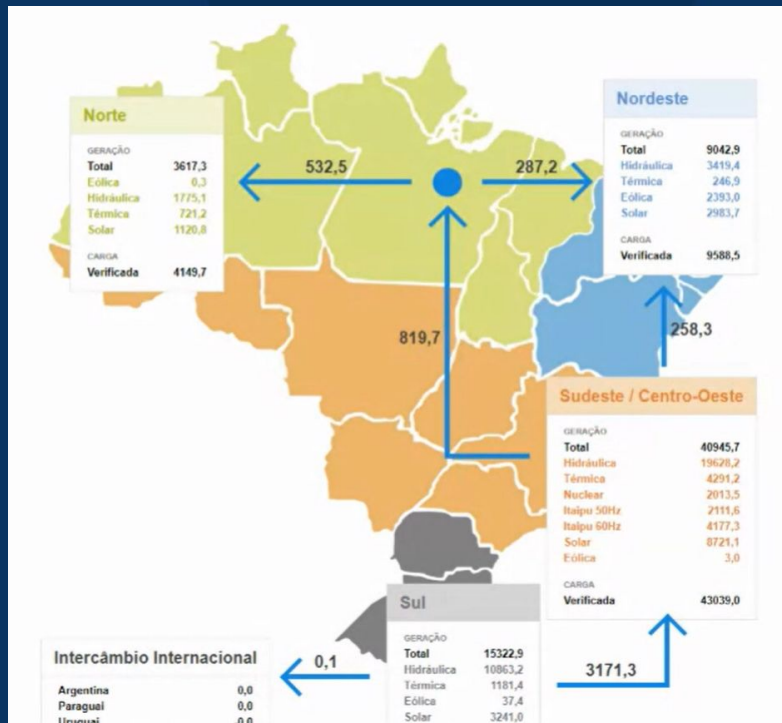
Distribuidora aprova o Projeto

Consumidor não pode transferir créditos

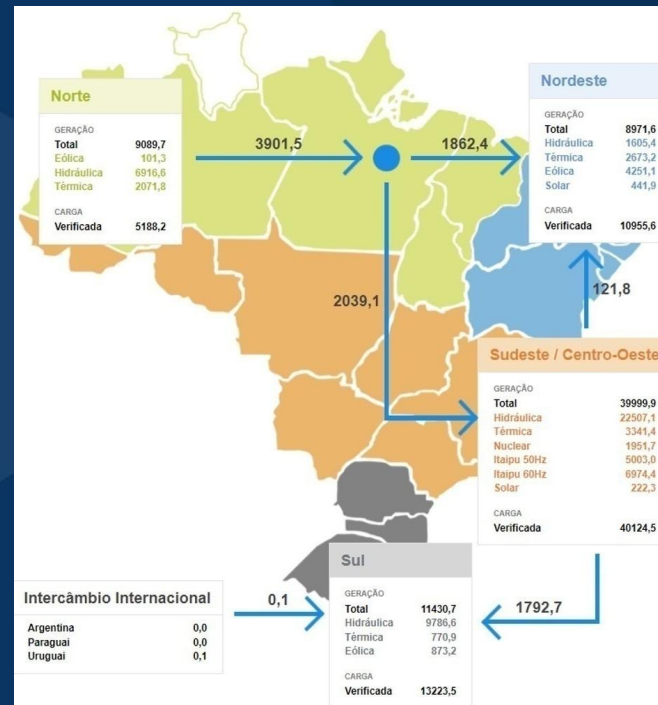


SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA

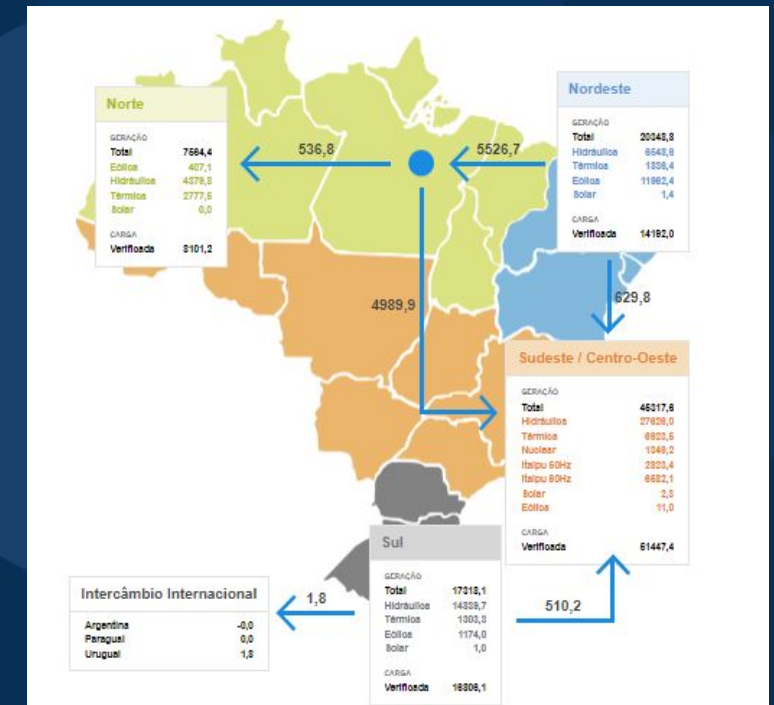
15/08/2023



15/11/2023



22/11/2023



fonte: <https://www.ons.org.br/paginas/energia-agora/carga-e-geracao>

“ANEEL deu ferramenta para distribuidoras negarem pedidos de conexão”, diz Lafayette

Audiência pública nesta terça-feira (6) busca esclarecer entraves para novos projetos solares no país



Caique Amorim

5 de maio, 2025



2 minuto(s) de leitura



fonte: <https://canalsolar.com.br/aneel-comissao-energia-solar-lafayette/>

FAST TRACK

A distribuidora está aplicando uma interpretação restritiva do Art. 73-A da REN 1000 ao afirmar que 'fica vedada, em qualquer hipótese, a alocação ou realocação de créditos de energia', o que, além de contrariar os artigos 655-G a 655-N da própria norma, é nulo de pleno direito, pois uma norma infralegal não pode restringir — por interpretação — um direito garantido expressamente pela Lei 14.300/2022.

QUEM É AFETADO?



QUAL O OBJETO SOCIAL DAS DISTRIBUIDORAS ?

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
29/10/2024 - Proibição de micro e minigeração distribuída por concessionárias



camara.leg.br | 0800 0 619 619

Proibição de micro e minigeração distribuída por concessionárias

29/10/24 Comissão de Minas e Energia

QUEM É A CONTROLADORA DAS SUBSIDIÁRIAS?

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA
29/10/2024 - Proibição de micro e minigeração distribuída por concessionárias



DEP. LAFAYETTE DE ANDRADA | REPUBLICANOS-MG

Proibição de micro e minigeração distribuída por concessionárias

29/10/24 Comissão de Minas e Energia

A Geração Solar distribuída contribuiu com apenas **4,20% de toda energia gerada no Brasil em 2023.**

Fonte	2022	2023	Δ% 23/22
Hidrelétrica	427.114	425.996	-0,3%
Gás Natural	41.911	38.589	-7,9%
Eólica	81.632	95.801	17,4%
Biomassa ²	52.212	54.210	3,8%
Nuclear	14.559	14.504	-0,4%
Carvão Vapor	7.988	8.770	9,8%
Derivados do Petróleo ³	7.056	5.686	-19,4%
Solar Fotovoltaica	30.126	50.633	68,1%
Outras ⁴	14.563	13.932	-4,3%
Geração Total	677.162	708.119	4,6%

¹ Inclui geração distribuída

² Inclui lenha, bagaço de cana, biodiesel e licor preto

³ Inclui óleo diesel e óleo combustível

⁴ Inclui outras fontes primárias, gás de coqueria e outras secundárias



https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-819/topico-715/BEN_S%C3%ADntese_2024_PT.pdf

ONS nega risco de apagão em 11 estados por sobrecarga de GD

Operador diz que aumento da geração distribuída e da inversão de fluxo em subestações são assuntos técnicos mapeados



Henrique Hein

11 de fevereiro, 2025



5 minuto(s) de leitura



 ergoenergia

 ergo

BREAKING NEWS


ONS nega risco de apagão em 11 estados por sobrecarga de GD

Fonte: Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS)

 ergoenergia O ONS (Operador Nacional do...

fonte: <https://canalsolar.com.br/ons-risco-apagao-sobrecarga-gd/>

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 624-A DE 2023

Institui o Programa Renda Básica Energética (Rebe); e altera as Leis nºs 10.438, de 26 de abril de 2002, 14.182, de 12 de julho de 2021, e 14.300, de 6 de janeiro de 2022.


O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA RENDA BÁSICA ENERGÉTICA

Art. 1º Fica instituído o Programa Renda Básica Energética (Rebe), com o objetivo de garantir o acesso à eletricidade a famílias em situação de vulnerabilidade social na faixa de consumo de até 220 kWh (duzentos e vinte quilowatts-hora) por mês, de substituir o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e de desenvolver a produção e a tecnologia nacional.


Art. 2º O Rebe será operacionalizado com a instalação de centrais de microgeração e de minigeração distribuída de energia elétrica renovável, preferencialmente de energia solar fotovoltaica, sobretudo em áreas rurais, flutuantes em lâmina d'água de reservatórios de hidrelétricas e no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de gerar energia renovável para atender as famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A energia renovável a que se refere o caput deste artigo deverá ser convertida no crédito definido no inciso VI do caput do art. 1º da Lei nº 14.300,



Para verificar a autenticidade, acesse <https://fichas-legislativas-de-autenticidade.camara.leg.br/F23248250876703>
Assinatura eletronicamente validada! Dep. Duarte Gonçalves Jr

Apresentação: 07/05/2024 11:53:26.333 - PLEN
RDF 1 -> P. 034/2023
RDF n.1



07/05/2024


PL 624/2023

Dep. Domingos Neto -
PSD/CE

PL Aprovado na Câmara dos
Deputados, segue para o
Senado Federal.

fonte:<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2349099&fichaAmigavel=nao>

CÂMARA DOS DEPUTADOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS – União Brasil/MG

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024
(Do Sr. DELEGADO MARCELO FREITAS)

Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, com o objetivo de vedar que as atividades de produção de energia elétrica por meio de microgeração ou de minigeração distribuída e de exploração econômica dessas instalações sejam exercidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica ou por suas controladas, coligadas ou controladoras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 24-A. As atividades de produção de energia elétrica por meio de microgeração ou de minigeração distribuída ou de exploração econômica dessas instalações não poderão ser exercidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica ou por suas controladas, coligadas ou controladoras.

§ 1º As empresas que, na data da publicação da lei que incluiu este artigo, não cumprirem o disposto no *caput* terão o prazo máximo de seis meses, a partir da mesma data, para regularizarem sua situação.

§ 2º Para garantir a livre competição e evitar conflitos de interesse, a regulamentação deverá prever mecanismos para:

Atuação: 11/03/2024 11:05:35 - MESA

PL n.671/2024

11 03 2024 11 05 35

11/03/2024

PL 671/24

Deputado DELEGADO MARCELO
FREITAS – União Brasil/MG

Veta a Atuação pelas
Concessionárias e Permissionárias De
Distribuição na Micro e Minigeração

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2420011>

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 15.097, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Disciplina o aproveitamento de potencial energético *offshore*, e altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022.

MENSAGEM Nº 44, DE 10 DE JANEIRO DE 2025

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos previstos no § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 576, de 2021, que "Disciplina o aproveitamento de potencial energético *offshore*, e altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022."

Ouvidos, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos do Projeto de Lei:

Art. 22. do Projeto de Lei, na parte em que altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021

"§ 1º A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União, e serão realizadas a outorga de novas concessões de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado da data de assinatura dos novos contratos referidos no *caput* deste artigo, e a contratação, pelo poder concedente, de geração termelétrica movida a gás natural, na modalidade de contratação de reserva de capacidade, com inflexibilidade de, no mínimo, 70% (setenta por cento), com período de suprimento de 15 (quinze) anos, ao preço máximo de disponibilidade de potência equivalente ao preço-teto para geração a gás natural do Leilão A-6 de 2019, com atualização desse valor até a data de publicação do edital específico pelo mesmo critério de correção do Leilão A-6 de 2019, considerado na composição do preço de geração a ser calculado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) o valor da molécula de gás entregue na central de geração, o qual será obtido mediante chamada pública a ser realizada pelos governos estaduais, por meio de sua distribuidora de gás local, no montante de 1.250 MW (mil, duzentos e cinquenta megawatts) na Região Nordeste, nas regiões metropolitanas das unidades federativas ou na Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), constituída de agrupamento de Municípios abrangidos por diferentes unidades federativas, que não possuam na sua capital ponto de suprimento de gás canalizado na data de publicação desta Lei; no montante de 1.000 MW (mil megawatts) na Região Norte, distribuídos nas capitais dos Estados ou na região metropolitana ou na Ride, constituída de agrupamento de Municípios abrangidos por diferentes unidades federativas; no montante de 1.000 MW (mil megawatts) na Região Centro-Oeste, nas capitais dos Estados ou na região metropolitana ou na Ride, constituída de agrupamento de Municípios que não possuam ponto de suprimento de gás canalizado na data de publicação desta Lei, abrangidos por diferentes unidades federativas; no montante de 1.000 MW (mil megawatts) na Região Sudeste, divididos igualmente no Triângulo Mineiro e em região atendida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), além da prorrogação dos contratos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), centrais a biomassa e centrais eólicas do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) por 20 (vinte) anos, ao preço máximo equivalente ao teto estabelecido para geração da fonte específica do Leilão A-6 de 2019 para empreendimentos sem outorga, bem como a contratação até 2025 de reserva de capacidade e energia associada proveniente de centrais hidrelétricas de até 50 MW (cinquenta megawatts) no montante de 3.000 MW (três mil megawatts) na Região Centro-Oeste, 1.500 MW (mil e quinhentos megawatts) nas Regiões Sul e Sudeste e 400 MW (quatrocentos megawatts) nas Regiões Norte e Nordeste, com período de suprimento de 25 (vinte e cinco) anos, ao preço máximo equivalente ao teto estabelecido para geração da fonte específica do Leilão A-6 de 2019 para empreendimentos sem outorga, com atualização desse valor até a data de publicação do edital específico pelo mesmo critério de correção do Leilão A-6 de 2019, respeitado o estabelecido no art. 23 desta Lei, e deverá também considerar que a contratação de reserva de capacidade estabelecida no art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, contemplará a contratação das termelétricas a carvão mineral nacional alcançadas pelo inciso V do *caput* do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e termelétricas a carvão mineral nacional que possuem Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) vigente em 31 de dezembro de 2022 e com previsão de término de CCEAR não superior a 31 de dezembro de 2028, sendo que os contratos destas termelétricas a carvão mineral nacional terão seu termo final em 31 de dezembro de 2050, ficando determinado que caso os montantes definidos neste artigo não sejam contratados integralmente nos anos previstos por inexistência de oferta, as diferenças deverão ser contratadas nos anos subsequentes até que seja atingido o valor total de capacidade definido para cada objetivo."

Razões do veto

DERRUBADA DO VETO DO ART 23 DO PL 576/2021 - Lei 15.097/25

Senador Jean-Paul Prates (PT/RN)

Prorroga para 24 meses o prazo de injeção das usinas de minigeração.

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/163024>

O QUE QUEREMOS?

CUMpra-SE A LEI

HEWERTON MARTINS

PRESIDENTE MSL

COALIZÃO FRENTE ESTADUAIS

@movimentosolarlivre
www.movimentosolarlivre.com.br

